



Reunião Conjunta da CDHM e CDH/Alego para discutir a temática “Violência existência de grupo de extermínio nesta capital e região metropolitana”.



No dia 04 de setembro, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás CDH/Alego e a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), representada por seus presidentes e 1ª vice-presidente, respectivamente, Deputado Estadual Mauro Rubem e Deputado Federal Domingos Dutra e a Deputada Federal Erika Kokay, se



reuniram para averiguar denúncias de existência de grupo de extermínio nesta capital e região metropolitana, no auditório Solon Amaral nesta Casa de Leis.

Ao início da abertura dos trabalhos, a Dep. Federal Erika Kokay informou que um dos propósitos da reunião em apreço era deixar claro que as pessoas desaparecidas não foram esquecidas. Na sequência, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal - CDHM destacou que esta era a primeira oportunidade que a comissão se reunia fora da Câmara dos Deputados, isto, resultado da gravidade das denúncias apresentadas.

Nessa esteira, a Deputada Federal Marina Santtana agradeceu ao Presidente da CDH/Alego, Deputado Mauro Rubem, pelo trabalho que este tem desenvolvido a frente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa de Goiás. Na oportunidade Mauro Rubem ponderou que protocolou junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, um relatório intitulado “Segurança Pública, Anacronismo e Violência”, cujo teor expõe o caos que se transformou a segurança pública no Estado de Goiás. Acrescentou que a ausência de atitudes positivas por parte do governo no que tange a apuração de desvios de conduta de agentes das forças de segurança pública, aliado a falta de controle externo do Ministério Público local, faz com que a insegurança e a violência institucional cresçam a cada dia em Goiás.

A respectiva insegurança foi motivo de atenção especial do Presidente da CDHM, no que se refere a segurança do presidente da CDH/Alego ao ponto deste informar que iria pedir proteção da polícia federal ao Ministério da Justiça para o Deputado Mauro Rubem.

Ponderou Domingos Dutra que diante das circunstâncias, insustável seria tal pedido aos órgãos de segurança locais, tendo em vista que estes estão contaminados por integrantes que agem contra os Direitos Humanos.

Aberta a oportunidade de participação dos presentes, a primeira a se pronunciar foi a senhora Graça Soares, mãe do adolescente, Murilo Soares Rodrigues, desaparecido desde que foi abordado por Policiais da Rotam ou GPT, no ano de 2005.



Outro familiar a se manifestar foi o pai de Diógenes Vieira da Luz, 22 anos, morto por 03 policiais cerca de uma semana após ter saído da prisão, no ano de 2009.

Na sequência, Mané de Oliveira, pai do cronista esportivo Valério Luiz, assassinado na porta da emissora de televisão onde trabalhava, externou sua indignação para com a apuração da autoria do crime que ceifou a vida de seu filho, em especial pela suspeita que existe de que o mentor do referido homicídio ser oficial da polícia militar de Goiás ligado a um time de futebol deste Estado.

Outro assunto trazido ao debate foi o homicídio do advogado Davi Sebba, ocorrido em 05 de julho de 2012 em Goiânia, no estacionamento do hipermercado Carrefour. O irmão da vítima, Pedro Ivo, ponderou que Davi foi executado por policiais militares da PM-2, (2ª Seção: é a Seção responsável por desenvolver, planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as Atividades de Inteligência. Suas principais linhas de atuação são: a produção de conhecimento (inteligência) e a salvaguarda de documentos sigilosos (contra

inteligência)), diferentemente da alegação dos policiais de que o advogado estaria comercializando drogas no local e que teria reagido à abordagem.

Pedro Ivo destacou ainda que a investigação do homicídio de seu irmão não está sendo feita a contento, visto que, filmagens essenciais à elucidação do delito não foram requisitadas pelo delegado que preside a investigação.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Goiás, (Simpol), também ratificou o clima de insegurança que se instaurou no Estado, inclusive, ao informar que recentemente teve sua mulher e filha sequestradas. Igualmente, argumentou que a polícia civil passa por dificuldades com efetivo reduzido, enfrentando ainda em alguns casos de usurpação da função da polícia judiciária por parte da polícia militar.

A Procuradora Ivana Farina, integrante do CDDPH, acrescentou que diante dos alarmantes índices de violência ocorrerá uma reunião da instituição no dia 19 de setembro do ano corrente, na qual irão ser apresentadas ações que visem amenizar a problemática que apresenta a segurança pública em Goiás.





Nessa esteira, a Deputada Erika Kokai solicitou a criação de uma Comissão Permanente para investigar os casos de violação aos Direitos Humanos com maior fôlego. Ao término da presente reunião, o Presidente da CDHM, Domingos Dutra, apresentou os seguintes encaminhamentos:

- Se for constatada a omissão do poder judiciário local no que tange a apuração dos desvios de conduta de agentes das forças de segurança pública, a CDHM irá fazer uma representação ao Conselho nacional de Justiça - CNJ para que promova a investigação de eventuais irregularidades.
- Se for constatada a omissão do Ministério Público Estadual no que tange a apuração dos desvios de conduta de agentes das forças de segurança pública, a CDHM irá fazer uma representação ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP para que promova a investigação de eventuais irregularidades.

Igualmente, caso a apuração das violações de Direitos Humanos se mostrem ineficazes por parte das autoridades do Estado de Goiás, a CDHM irá requisitar a transferência de todos os processos que versem sobre o tema para a justiça federal.

Atenciosamente,

MAURO RUBEM PT-GO
Deputado Estadual
Presidente da Comissão de Direitos Humanos,
Cidadania e Legislação Participativa.